

nº 2, 2002, p.345-384. Prandi, Reginaldo. As religiões negras no Brasil. *Revista da USP*, nº 28. São Paulo, 1989, p.65-83.

(Juliana Marcello/ Marília Floôr Kosby)

**B**eneficência Portuguesa. Instituição hospitalar criada por imigrantes portugueses no Brasil e no mundo colonial português a partir da segunda metade do século XIX. Além de atender aos associados nas enfermidades e nas horas finais, objetivo principal da instituição, proporcionava suporte cultural e financeiro diante da omissão das autoridades governamentais. Como instituição privada, dependente do pagamento de mensalidades e de doações espontâneas advindas dos associados, as Sociedades Portuguesas de Beneficência diferiam das Santas Casas de Misericórdia, cujo atendimento hospitalar foi direcionado para a população em geral e as despesas indiretamente subvencionadas pelo governo. No entanto, nas instituições de Beneficência Portuguesa persistiam elementos que as situavam dentro do modelo das Misericórdias Portuguesas, do qual derivam as Santas Casas de Misericórdia no Brasil. Foram e são os seguintes elementos: a organização dos estatutos sob o modelo do Compromisso de Lisboa (normas regimentais que regulamentam o funcionamento do hospital), a incorporação dos valores da Igreja Católica na assistência (uma instituição laica guiada pelo ideário cristão, mas não governada por autoridades religiosas), o continuísmo entre os cargos diretivos, a preocupação educacional e moral dos associados e os vínculos que estabelece com a formação de elites locais. À semelhança das Misericórdias em Portugal, as Sociedades Portuguesas de Beneficência agiam na circulação social da caridade tanto como um meio ético quanto como forma de prolongar o favorecimento de determinados grupos e poderes elitários, garantindo para os imigrantes portugueses visibilidade. A mais antiga associação de Beneficência Portuguesa criada no Brasil foi a do Rio de Janeiro, em 1840, seguida por outra em Porto Alegre, em 1854, e em Santos, em 1859. O fluxo de imigrantes, portugueses e de outras nacionalidades, também foi alto nessas instituições, o que proporcionou o bom início de suas atividades, sobretudo pelo número significativo de lusos que conseguia cooptar como associados. Em Pelotas, município da então Província de São Pedro do Rio Grande, a Sociedade Portuguesa de Beneficência foi instalada como agência da instituição de Porto Alegre, em 21 de junho de 1857, já contando, de início, com 254 sócios. Em 16 de setembro do mesmo ano, após pedir autorização à matriz, foi instalada oficialmente, o mesmo ocorrendo com as agências beneficentes em Rio Grande e Bagé. Sob o modelo institucional já organizado no Rio de Janeiro, estabeleceu como corpo diretivo um procurador e doze diretores, além do presidente Francisco Luís Ribeiro, do secretário José Vieira Pimenta e do tesoureiro Manoel José Fernandes Lima. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, inaugurando seu edifício-sede na data do aniversário do Rei de Portugal, evidenciou a

devoção régia e identificou o imigrante português com a pátria do alémmar. Cada instituição de Beneficência deveria ter como protetor um membro da monarquia portuguesa, sendo o da instituição de Pelotas D. Pedro V. O seu edifício-sede ficou instalado na Rua da Igreja (atual Anchieta), esquina da São Domingos (atual Benjamim Constant), em prédio de propriedade da firma Ribas & Irmão. Uma das primeiras regras institucionais estabelecida nos estatutos dessa instituição foi a categorização dos sócios, na pretensão de organizar seus direitos e deveres. Em Pelotas, foram sócios ativos apenas os indivíduos de nacionalidade portuguesa, sendo esses associados os que poderiam ascender aos cargos diretivos, embora na prática associados não-portugueses passassem a sócios ativos em algumas situações. Também foi direito da Sociedade Portuguesa de Beneficência a expulsão dos sócios que mantinham baixa moral (desvio de conduta), que estivessem envolvidos em processos criminais ou não se achassem quites com a associação. Se por um lado tal fato funcionava como um limitador do número de participantes da instituição em Pelotas, por outro fazia referência ao fato de os portugueses serem identificados como europeus integrantes de uma elite social. A administração da Beneficência Portuguesa de Pelotas, bem como a organização de seu patrimônio ativo, visava a melhoria das condições de seu funcionamento. Não obstante, os estatutos previam como capital da sociedade as quantias oferecidas pelos sócios quando adquirissem o título de benfeitores e as cotizações mensais. Os estatutos revelavam as doações concedidas pelos imigrantes lusos para a construção do seu edifício-sede, realização de cerimônias, comemorações típicas, entre outros. Em 1861, graças a esses donativos, a sede da entidade mudou-se para o edifício atual, à Rua das Flores (hoje Andrade Neves) entre Santo Inácio (hoje Gomes Carneiro) e Independência (hoje Uruguai), ocupando a quadra inteira. O desejo de demonstrar a valorização social que a entidade obtinha em Pelotas, e em Portugal através do seu protetor, configurou-se como mais importante do que a descrição do próprio trabalho assistencial a ser realizado, uma vez que, em quase toda a ata de fundação, não existem referências a ele.

Bibliografia. – Sousa, Ivo Carneiro de. *Da descoberta da Misericórdia às Misericórdias* (1498-1525). Porto: Granito, 1999; Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso Brasileiras, 1992; Chaves, Larissa Patron. *Grandiosos mesmo foram os portugueses – A Sociedade de Beneficência de Bagé (1878-2002)*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Dissertação (Mestrado em História).

(Larissa Patron Chaves)